

Claroscuro Nº 21 (Vol. 2) - 2022

Revista del Centro de Estudios sobre Diversidad Cultural

Facultad de Humanidades y Artes

Universidad Nacional de Rosario

Rosario – Argentina

E-mail: claroscuro.cedcu@gmail.com

Título: A arte egípcia e as relações diplomáticas na era de Amarna

Title: Egyptian Art and Diplomatic Relations in the Amarna Era

Autor(es)/Author(s): Priscila Scoville

Fuente: Claroscuro, Año 21, Nº 21 (Vol. 2) - Diciembre 2022, pp. 1-22.

DOI: 10.35305/cl.vi21.114

Publicado en: <https://claroscuro.unr.edu.ar/>



Claroscuro cuenta con una licencia

Creative Commons de Atribución

No Comercial Compartir igual

ISSN 2314-0542 (en línea)

Más info:

<https://creativecommons.org/licenses/by-nc-sa/4.0/deed.es>

Los autores retienen sus derechos de usar su trabajo para propósitos educacionales, públicos o privados.



Universidad
Nacional
de Rosario

A arte egípcia e as relações diplomáticas na era de Amarna

*Priscila Scoville**

Resumen

Pensando en las relaciones con los extranjeros, el presente estudio propone un análisis de la diplomacia en la Era de Amarna y la representación de los no egipcios en el arte nilótico. Para ello, se realizó una investigación basada en las Humanidades Digitales, centrándose en el Análisis de Redes Sociales, en contraste con la interpretación de las imágenes en el arte egipcio y los mensajes de las Cartas de Amarna. El propósito de este artículo es evaluar cómo se representó el contacto con el exterior en el ámbito doméstico y cómo funcionó la diplomacia en este contexto. Fue posible percibir que, a pesar de ser esencialmente diferentes, estas dos relaciones con el mundo exterior podían coexistir sin que se rompiera la paz, especialmente por la sistematización y autonomía de la diplomacia y la ambigüedad de los conceptos.

Palabras clave: Egipto; Antiguo Oriente; Diplomacia; Arte; Humanidades Digitales

Egyptian Art and Diplomatic Relations in the Amarna Era

Abstract

The present study proposes an analysis of diplomacy in the Amarna Era and the representation of non-Egyptians in Nilotic art. For that, the research was carried out based on the Digital Humanities, focusing on Social Network Analysis, in contrast to the interpretation of images in Egyptian art and the messages of the Amarna Letters. This article

*Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

E-mail: pcnlscoville@gmail.com

Recibido: 05/08/2022, Aceptado: 12/10/2022

aims to assess how contact with the outside was represented in the domestic sphere and how diplomacy worked in this context. It was possible to perceive that, despite being essentially different, both connections with the external world could coexist without breaking the peace, especially because of the systematization and autonomy of diplomacy and the ambiguity of the concepts.

Key-words: Egypt; Ancient Near East; Diplomacy; Art; Digital Humanities

Um grupo de tabletas com escrita cuneiforme encontrado na cidade de Akhetaten (atual el-Amarna), em 1887, indicou novos caminhos a serem trilhados no quesito “relações internacionais” na antiguidade. Esse corpo documental ficou conhecido como “Cartas de Amarna” e é apenas o primeiro a ser descoberto dentre outros conjuntos de correspondências trocadas pelos reis do Antigo Oriente Próximo (como os tabletas de Mari e de Boğazköy). Por meio da análise dos textos, descobriu-se que o contato com cortes do exterior era muito bem estruturado, seguindo regras claras de formatação e com expectativas estabelecidas para ambos os lados. Desde a descoberta dos documentos, muito já se discutiu sobre os conceitos fundamentais da diplomacia antiga – seguindo os preceitos de reciprocidade e igualdade.

Para entendermos esses conceitos, podemos considerar o termo “irmão”, muito usado entre os Grandes Reis¹. A palavra em acadiano (*ahū*) pode ser entendida como “braço” e “lado”, ou, ainda, como “associado”, “colega”. Essa multiplicidade de significados converge em um sentido: aliança. Isso porque braço é o que está ao lado de seu corpo e seu irmão é quem está ao seu lado, tanto no sentido social como hierárquico. Tal ideia pressupõe uma igualdade de poder, já que irmãos têm o mesmo *status*, não havendo uma relação de superioridade entre eles. Ainda nesse sentido, a reciprocidade e a igualdade garantem equilíbrio e estabilidade através das trocas culturais e, quando sistematizadas, permite a manutenção do poder, de modo a sustentar o *status quo* (Lévi-Strauss 1982: 107).

Apesar de diversos autores já terem se debruçado e debatido sobre o funcionamento e a estrutura desse *corpus* documental², as Cartas de Amarna ainda têm muito a nos dizer sobre a interação entre Estados antigos e a representação desses contatos. De um lado, existe a teoria que delimita

¹Quando digo Grandes Reinos, me refiro a Assíria, Babilônia, Egito, Hatti e Mitani. Há, também, Reinos Independentes, mas não hegemônicos (Arzawa e Alašiya). Os demais territórios do Oriente Próximo são espaços subjugados a algum dos Grandes Reinos.

²Sobre isso, algumas obras importantes são: Cohen; Westbrook (2000); Liverani (2003); Mynářová (2007) e Podany (2010)

o poder de Grandes Reinos e os confere igual *status*; de outro, os itens trazidos por estrangeiros são representados como tributos na arte templária e palaciana. Os governantes hegemônicos se chamam de irmãos e estabelecem laços familiares, mas não perdem uma oportunidade de se promover e criticar seus vizinhos. As explicações para essa disparidade são muitas, mas podemos entendê-las a partir da própria estruturação do contato exterior e sua posterior sistematização.

O início da diplomacia próximo-oriental pode ser dividido em três momentos principais, baseados nas documentações de Ebla (c. 2500 – 2000 AEC), Mari (c. 2000 – 1595 AEC) e Amarna (c. 1400 – 1300 AEC). De forma breve, entendemos que durante a Era de Ebla os contatos com outros reinos eram uma forma de garantir segurança em caso de ataques e de trazer benefícios econômicos, facilitando o comércio. O mundo era dinâmico e os limites de cada cidade-estado mesopotâmica se modificavam rapidamente (assim como as relações de poder). Então, chegou Sargão da Acádia (c.2334 – 2279 AEC), que transformou o modo como os reis interagem com o mundo. Apesar de seu império não ter sobrevivido por muito tempo, uma das grandes heranças deixadas por Sargão foi a centralização do poder em uma capital, em substituição à disposição das cidades-estados. Por causa disso, a forma de se conectar com o estrangeiro precisou ser remodelada.

Durante a nova fase das relações diplomáticas (a Era de Mari), o foco passou a ser construir e manter o poder de alguns reinos, ou seja, as correspondências trocadas entre reis não estavam simplesmente buscando a segurança e a defesa do território, mas serviam como uma ferramenta para a expansão. Nessa época, os contatos estabelecidos tinham caráter vitalício ou um prazo determinado (Charpin 2019: s/p), o que não garantia estabilidade. Assim, a região sírio-mesopotâmica se viu diante de um ambiente agressivo que desencadeou uma “Idade das Trevas” (c. 1595 – 1400 AEC), com a suspensão das atividades diplomáticas, migrações de novos grupos e destruição ou abandono de diversas cidades. Mais uma vez, o mundo se reestruturou e houve uma mudança de centralidade das relações, que se deslocava do centro-sul mesopotâmico para o leste. Tal mudança não foi aleatória, mas coincidiu com a expansão do Egito pelo Levante e a ascensão de Mitani no norte sírio.

Egito e Mitani são espaços cruciais para a nova fase da diplomacia (a Era de Amarna), já que seus governantes foram os responsáveis por estimular a troca de cartas novamente. Essa retomada diplomática seguiu padrões de escrita que já haviam sido estabelecidos nos momentos anteriores, mas, pela primeira vez, incluiu a ideia de um objetivo comum: a manutenção

da paz por meio do *status quo*. Com isso, a troca de mensagens passou a ser mais do que um contato diplomático, mas um sistema³, que além de mudar uma estrutura de pensamento (do individual para o coletivo), também implicou no estabelecimento de acordos que eram herdados pelos sucessores dos reis. Isso significa que os tratados eram eternos (não mais vitalícios) e as atitudes régias perante ao exterior deveriam respeitar as tradições e acertos anteriores – o que garantia mais estabilidade ao sistema diplomático e ao mundo próximo-oriental.

Com essa sistematização diplomática, as guerras não aconteciam mais com a mesma frequência. Os grandes poderes hegemônicos (Egito, Mitani, Babilônia, Hatti e Assíria) não se engajavam em grandes disputas, exceto nos territórios subjugados. Outra mudança importante foi a inclusão de reinos ao leste (Egito e Hatti) e ao norte (Mitani), o que possibilitou um intercâmbio cultural, que inseria elementos externos na tradição mesopotâmica. Na época da diplomacia amarniana, a paz conseguiu ser relativamente respeitada e o sistema agia como uma instituição interestatal autônoma. Entretanto, conforme mencionei acima, no âmbito interno, esses reis não se entendiam da mesma forma como tentavam demonstrar nas mensagens trocadas.

Existia um fator mágico na arte e nas formas de representação. Uma estátua, por exemplo, não era apenas uma imagem, mas tinha uma significância particular. A relação significante/significado faz parte do imaginário de dada sociedade, sendo um código passível de ser entendido pelos seus pares. Em outras palavras, a imagem e a percepção, no mundo antigo, eram uma forma de linguagem e para interpretá-las é preciso entender como essas inscrições se completam, visto que não estão completamente separadas (Bahrani 2003: 96-120).

³Neste momento, é importante frisar o que eu entendo como um sistema. A palavra em si, tem um significado muitas vezes ligado à ideia de métodos de organização. Ao meu ver, um sistema consiste em um grupo de elementos coerentes e operantes em um contexto amplo. Mais do que apenas um método, um sistema é a identificação de um problema que deve ser solucionado e os aspectos coletivos envolvidos para resolvê-lo. Em outras palavras, é uma prática coletiva e intencional. Por isso, relações ou contatos diplomáticos não são necessariamente um sistema, já que, para isso, é necessário que haja uma organização maior envolvida. Considero, então, que as Eras de Ebla e Mari constituíram uma forma de contato diplomático, mas ainda não era um sistema, uma vez que não existia um pensamento coletivo, com um objetivo comum envolvido nos relacionamentos – nessas épocas, os anseios eram muito mais individuais. Essas questões foram mais extensamente trabalhadas no primeiro capítulo da minha tese de doutorado (Scoville 2022: 25-70).

No caso do Egito, as figuras estrangeiras muitas vezes apareciam para reforçar o papel do faraó em manter a *maat* (ordem cósmica). Isso acontece porque a visão egípcia sobre o mundo ditava que o faraó governava todas as pessoas e “uma das suas principais funções régias era de destruir o caos e manter a ordem” (Anthony 2017: 37. Tradução da autora). De forma geral, o exterior era entendido como um espaço caótico, em contraste com a vida egípcia e, portanto, uma representação de estrangeiros simbolizava esse caos. Não é raro encontrarmos imagens que cumprem o papel de enfatizar que o governante egípcio colocaria a *maat* (ordem) na *isfet* (caos), sendo, também, uma alusão a cosmogonia – quando o deus solar primordial ordenou o mundo caótico. Nesse sentido, o faraó era como a divindade primordial e caso falhasse em seu dever de trazer a ordem, o mundo não seria mantido (Camara 2011: 57).

As representações dos estrangeiros podem ser encontradas em diversos contextos no Egito: em palácios, em tumbas e, até mesmo, em objetos cotidianos. Existem duas temáticas importantes a serem pensadas para esse estudo: a primeira é a figura do cativo, a segunda é o recebimento de delegações com tributos. Minha intenção é pensarmos a diplomacia da XVIII dinastia por meio das correspondências oficiais, mas, também, pela incorporação desses contatos no interior do Egito. Por isso, contraste as premissas diplomáticas, que citei acima (reciprocidade e igualdade), com o valor simbólico da arte egípcia e do papel do faraó.

1 O estrangeiro na arte e o papel da representação

Durante o início da XVIII dinastia, com o poder imperial egípcio em ascensão, foram frequentes as pinturas e os relevos de tributos. Nessas cenas, o faraó recebia presentes de algum estrangeiro, o que, de acordo com a visão egípcia, pode ser interpretado como a ação do faraó em ordenar os espaços além da sua fronteira (Anthony 2017: 54). Essa percepção é possível porque a representação torna o “ausente” presente, ou seja, ela é aquilo que ela representa; é a materialização daquilo que está apresentado (Bahrani 2013: 121-128). Para que fique mais claro, podemos pensar nas sandálias de Tutankhamon ou em seu descanso de pés (fig. 1 e 2).

Esses objetos tinham uma finalidade prática, não eram expostos para a apreciação das pessoas, como era o caso das pinturas e relevos murais dos palácios. Ainda assim, a decoração tinha um valor simbólico muito

importante – e é aqui que entra o fator mágico da arte egípcia. Em ambos os casos, vemos cativos estrangeiros representados em objetos serão “pisoteados” pelo faraó. Oras, se a arte tem o poder sobrenatural de interferir na realidade, as imagens dos estrangeiros como cativos sob os pés do faraó cumprem o papel de demonstrar o domínio do Egito sobre o caos e, portanto, manter a ordem cósmica, mesmo que ninguém esteja vendo. Assim, o faraó moldava o mundo visível e o tangível.



Figura 1: Sandálias de Tutankhamon. Fonte: Anthony 2017: s/p.



Figura 2: Detalhe do descanso de pés de Tutankhamon - Museu Egípcio do Cairo. Fonte: arquivo pessoal da autora.

Por meio da arte, o faraó, enquanto deus, controlava as todas terras e cumpria seu dever de manter a *maat* e governar a todos, tanto nas cenas de cativos, como nas de tributos. Os embaixadores que chegavam ao Egito se deparavam com uma concepção de mundo que era essencialmente contra os estrangeiros – e mais, eles eram recebidos em um salão do palácio que demonstrava intencionalmente a superioridade, riqueza e poder dos egípcios. Os motivos artísticos estavam presentes nos móveis e na arquitetura, cercando aquele oficial com uma mensagem clara: quem se opuser ao faraó, será oprimido, como vemos nas figuras 3 e 4. Eram ferramentas de intimidação política, além de carregarem o seu poder sobrenatural.



Figura 3: Cena com Akhenaton acertando um inimigo. Fonte: Metropolitan Museum, disponível em: <https://www.metmuseum.org/art/collection/search/100001003>.



Figura 4: Cena de barco com Nefertiti acertando um inimigo. Fonte: Museum of Fine Arts, Boston. Disponível em: <https://collections.mfa.org/objects/45954/river-scene-with-royal-barges-and-tow-boats?ctx=1ffff8fc-7e25-4da4-a460-d78bbad73aef&idx=9>

Em ambas as cenas (fig. 3 e 4), o casal real está em um barco golpeando um inimigo em uma pose parecida, nas margens do Nilo. A figura 3 representa a natureza e, no barco, há uma pequena imagem de Akhenaton, junto de Nefertiti e uma princesa, iluminados pelos raios de Aton. Nessa representação, o faraó acerta seu inimigo com uma maça. Já na figura 4, é a rainha quem desfere o golpe, sob os raios de Aton - e Akhenaton sequer está presente na cena. Imagens como essas demonstram o poder do casal que, guiados pela divindade Aton, não seriam contrariados.

Por um lado, o estrangeiro é o caos primordial que deve ser dominado; de outro, a diplomacia estabelecia uma relação de paridade entre os reis, que deveriam ser tratados como irmãos⁴. Tal ambiguidade nos faz questionar como que essas duas questões interagiam. Talvez, a eficácia das mensagens, mesmo que nessa dicotomia, possa ser entendida a partir dos funcionários envolvidos nas relações.

Apesar de ser vital para a sociedade e economia próximo-oriental, devido à interdependência dos reinos, a comunicação diplomática acontecia majoritariamente por meio dos mensageiros. Em suas pesquisas, Abo-Eliaz

⁴Ser tratado como irmão é uma referência ao sistema de Casas, no qual, todos os reis eram parentes e, também, de aliança, estando sempre um ao lado do outro. Essa fraternidade, ainda, garante igual status aos líderes, fazendo com que nenhum se sobressaísse.

(2019) aponta que é difícil confirmar se os Grandes Reis se encontravam pessoalmente. Bryce (2014: 79) vai além e afirma que uma visita poderia ser vista “como um ato de subserviência ao seu irmão real”. O fato é que, além do relatório oficial, toda a comunicação diplomática dependia dos embaixadores enviados entre as cortes. As decisões tomadas por Grandes Reis passavam pelas impressões pessoais do seu mensageiro sobre o reino e o rei que o recebeu, considerando suas fraquezas e temperamento. Ainda assim, alguns encontros pessoais aconteciam, mas, em geral, em contexto de guerra; Abo-Eleaz (2019: 19) menciona outras situações, mas os eventos são raros e difíceis de serem confirmados – afinal, às vezes, a imagem representa o ausente (como apontei anteriormente).

A comunicação dependia dos embaixadores e eram eles que interagiam na corte egípcia. Um Grande Rei, portanto, não veria as imagens de estrangeiros no Egito. Talvez isso fosse suficiente para não criar conflitos entre os reinos, já que o mensageiro, ao ver a decoração e arquitetura egípcia, era impactado pela grandiosidade faraônica e se policiaria para cumprir as normas da diplomacia, se manter aliado e não acabar como os cativos representados naquelas paredes.

Para além dos fatores mágicos envolvidos, a arte também trazia informações que poderiam ser percebidas na atividade diplomática. Na carta EA16 (linhas 43-55), o rei assírio, Assur-uballit demonstrou sua insatisfação sobre uma prática, talvez comum, no Egito de Akhenaton. Ele diz:

Quanto aos [em]baixadores, por que eles continuamente ficam em pé lá fora para que eles morram lá fora? Se eles ficaram de pé e for lucrativo para o rei, então, deixe-os em pé lá fora. Lá fora, deixe-os morrer! Lucro para o rei ou não[o], por que eles deveriam morrer [lá f]ora? Quanto aos emissários que nós [continuamente] env[íamos], eles duplamente deveriam manter os emissários vivos. [Lá] fo[ra] eles estão (os) matando. (Scoville, 2022: 207-208).

Sabemos que os cultos amarnianos eram feitos ao sol e, ao que parece, os mensageiros estrangeiros eram compelidos a participar. Na figura abaixo (fig.5), vemos um bloco com a representação de participantes de uma procissão - eles acompanhavam a família real amarniana em direção a um templo. A cena não é incomum, mas é interessante notarmos a presença de um homem com um corte de cabelo curto, relacionado aos núbios; e outro com o queixo menos arredondado, possivelmente para representar uma barba, que, por sua vez, é uma característica asiática.



Figura 5: Participantes de uma procissão. Fonte: Metropolitan Museum, número: 1985.328.13 Disponível em: <https://www.metmuseum.org/art/collection/search/544060>

A presença estrangeira na arte egípcia, mesmo em contextos diferentes, retira o poder de agência do não-egípcio. Eles estão sendo subjugados, dominados, massacrados ou seguem ordens. Por isso, a imagem criada sobre uma prática aceitável para quem visitava o vale do Nilo era a de obediência e submissão ao faraó.

2 A comunicação diplomática

Além do relatório oficial, os mensageiros declaravam as impressões pessoais sobre o lugar e o rei que o recebeu. Para os olhos de um mesopotâmico, o Egito deveria ser espetacular: seus monumentos grandiosos e as decorações e objetos de ouro e materiais preciosos contrastavam com o mundo de argila das margens do Eufrates e do Tigre. O estímulo à comunicação era, também, um estímulo comercial, que garantia a troca de bens e recursos.

Quando as relações diplomáticas começaram a aparecer, nas Eras de Ebla e Mari, os contatos partiam das intenções locais de cada rei – eram alianças temporárias de fins militares (para defesa ou ataque) e de hegemonia (principalmente, na época mariana). Essa hegemonia podia ser demonstrada pela força conquistadora e pelos bens econômicos, já que estes garantiam *status* de acordo com a distância percorrida (quanto maior a distância, mais *status* eles garantiam). Quando chegamos à Era de Amarna e vimos a organização diplomática se sistematizar com um objetivo comum e que

fosse eterno, isso não acontecia por idealismo, mas porque a paz lhes caía bem (Podany 2010: 179). Por meio da manutenção da paz, mais bens econômicos poderiam ser trocados, menos encargos cairiam sobre eles e o *status* dos Grandes Reinos seria garantido.

A escolha de sistematizar a diplomacia causou mudanças e, mais do que nunca, a ideia de igualdade precisou ser reforçada. Isso não significa, porém, que o modo como cada rei se via mudou. Eles se diziam irmãos, mas eles não se entendiam, necessariamente, como iguais. O uso da analogia de “Casas”, como se todos os reinos mais poderosos fossem membros da mesma família, é frequente, mas sabemos, por meio da Antropologia, que o etnocentrismo guia nossos olhares e, assim, o “eu” é melhor do que o “outro”⁵.

De um lado, temos um sistema pensado com objetivos comuns e que previa a paridade de seus agentes; de outro, temos esses agentes como seres subjetivos e que, individualmente, acreditam ser superiores (como expresso na arte egípcia, que comentei acima). Podemos questionar, então, até que ponto o sistema diplomático pôde funcionar em face dessa ambiguidade. Para responder a essa pergunta é preciso que nos foquemos na instituição diplomática, mais do que nos reinos envolvidos. Para tanto, proponho uma análise quantitativa do conjunto de correspondências, selecionando as cartas relacionadas aos Grandes Reis (EA1-44⁶).

Pensar a paridade dos reinos significa pensar o equilíbrio de poder. Avaliar isso depende de uma análise dados⁷, que, em um primeiro momento, usa a metodologia das Humanidades Digitais, mais especificamente a Análise de Redes Sociais. Uma vez que parto de uma observação quantitativa, é preciso passar pelo trabalho manual de coletar a informação numérica das fontes, ou seja, contar quantas vezes cada rei mandou e recebeu uma carta e quantas vezes foram mencionados nelas. Trabalho com sete reinos no total: Alašiya, Arzawa, Assíria, Babilônia, Egito, Hatti e Mitani. O Egito é o receptor ou remetente de todas as cartas selecionadas, sendo elas divididas entre: Alašiya (7), Arzawa (2), Assíria (2), Babilônia (14), Hatti (4) e Mitani (13).

A contagem das cartas é apenas um pequeno primeiro passo para uma abordagem de Análise de Redes Sociais (ou *Social Network Analysis*). Essa

⁵Essas questões são discutidas por autores como Jenkins (1998) e Lévi-Stauss (2000)

⁶Com exceção da EA30 e EA40, a primeira por ser um documento aos reis de Canaã e a segunda por ser trocada entre dois comissários e, portanto, não revelarem a relação dos reis.

⁷Os dados expostos nessa sessão, foram coletados durante meu processo de doutoramento e estão apresentados em minha tese (Scoville 2022)

metodologia de estudo prioriza as relações estabelecidas, mas o faz por meio de dados quantitativos, unindo teorias sociais, informáticas, gráficas e matemáticas⁸. Afim de extrair as informações necessárias para pensar-se nos contatos, é preciso fazer escolhas, tais como: selecionar quais agentes serão inclusos na contagem, qual será o foco (individual ou global⁹) e, ainda, se será considerada a direção dos contatos (quem iniciou a comunicação com quem). Uma das escolhas que fiz no decorrer da pesquisa foi a de não usar o conjunto total de cartas, visto que as cartas EA45-382 se referem aos territórios subordinados e minha preocupação é pensar apenas a relação de paridade que existe no sistema diplomático. Além disso, eliminei as cartas EA30 e EA40, como mencionei anteriormente, por ser não representarem um contato entre dois Grande Reis. Isso significa, que a minha seleção envolve nomes da realeza em um grupo que, em teoria, deveria ter o mesmo *status*. Foi preciso criar uma tabela contendo os nomes que apareciam em cada tablete, qual era o papel dessa pessoa, seu lugar de origem e quais relações poderiam ser estabelecidas a partir deles.

Esses dados foram coletados manualmente e armazenados em dois softwares¹⁰ que cruzaram as informações para transformar o texto das cartas em números e, com isso, criam um gráfico que representasse o sistema diplomático, considerando a relevância de cada indivíduo ou reino no sistema. Com o NodeXL, é possível verificar diversos elementos numéricos. A tabela abaixo demonstra alguns dados, ainda crus, obtidos das relações considerando os reinos como agentes¹¹. Nela podemos coletar detalhes sobre os nós (reinos) e as arestas (conexões), além de estabelece uma visão ampla da documentação.

O que interessa, porém, é como podemos interpretar esses dados obtidos pelo NodeXL. No que se refere aos indivíduos envolvidos, foi possível calcular, por exemplo, o grau de centralidade (isto é, a quantidade de ligações) de cada um deles, conforme segue:

Somam-se um total de 26 indivíduos (nós), que correspondem a 147 relações (arestas), sendo que 109 delas se repetem. Isso nos mostra que os relacionamentos tendiam a ser mantidos ao longo do tempo. Ademais,

⁸Um trabalho que recomendo sobre esse assunto é o de Otte e Rousseau (2002).

⁹“Individual” se refere a uma pesquisa que se dedica a entender as formas de relação de uma única pessoa, enquanto “global” procura entender todos os membros presentes na rede.

¹⁰O NodeXL (versão 1.0.1.418) e o Gephi (versão 0.9.1)

¹¹Além dessa tabela, outra desse padrão foi produzida considerando cada pessoa mencionada como um agente. Os resultados finais obtidos em meus estudos vêm da consideração de ambas.

<i>Métrica do gráfico</i>	<i>Valor</i>
Tipo do gráfico	Não-direcionado
Nós	7
Arestas únicas	8
Arestas duplicadas	139
Total de arestas	147
Auto-loops	55
Componentes conectados	1
Nós máximos em componentes conectados	7
Arestas máximas em componentes conectados	147
Diâmetro (distância geodésica máxima)	2
Distância geodésica média	1,183673
Densidade	0,619047619

Tabela 1: Dados obtidos no NodeXL após a inserção das informações sobre os reinos envolvidos. Fonte: Produzido pela autora.

apesar dessas relações serem diversas, com seus graus variando entre 1 e 16, quando pensamos em termos de território, a distância dessa centralidade diminui (Tabela 3).

Convém explicar que é natural encontrarmos o Egito e seus governantes em destaque, já que a documentação é referente a este espaço e toda a documentação faz referência a ele. O que é interessante de notar é que existe um padrão na centralidade dos agentes do sistema diplomático. Mitani e Babilônia, que possuem o maior número de tabletas (13 e 14 respectivamente), possuem o mesmo grau que Hatti, que possui apenas 4 cartas. Estes reinos estão, ainda, muito aproximados da Assíria, que possui apenas 2 cartas. Esses cinco Estados que menciono são os considerados Grandes Reis. De acordo com as regras do Sistema de Amarna, eles deveriam ser iguais. Alashiya e Arzawa, que possuem uma centralidade menor, eram espaços independentes, mas não hegemônicos. Além disso, Assíria ainda tem outra particularidade que explica a diferença entre a sua centralidade e a dos demais poderes hegemônicos: ela foi a última a ser inclusa nesses contatos.

3 O mundo da Era de Amarna

Situar as relações no tempo contribui para que entendamos a forma como a diplomacia amarniana se sistematizou. Conforme apontei no início

<i>Indivíduo</i>	<i>Grau de centralidade</i>
Akhenaton	12
Amenhotep II	4
Amenhotep III	16
Artashumara II	1
Artatama	4
Ashur-nadin-ahhe	2
Assur-uballit	5
Burraburiash II	11
Huriya	3
Kadashman-Enlil	6
Kadashman-harbe	2
Karaindash	2
Kurigalzu	4
Princesa Babilônica	3
Princesa Egípcia	1
Rei da Alashia	5
Rei de Hatti	2
Rei do Egito	6
Shuttarna II	5
Suppiluliuma	7
Tarkhundarasu	2
Tiye	4
Tothmés III	5
Tothmés IV	7
Tushratta	9
Zidan	2

Tabela 2: Dados obtidos no NodeXL após a inserção das informações sobre os reinos envolvidos. Fonte: Produzido pela autora.

<i>Reino</i>	<i>Grau de centralidade</i>
Alašiya	3
Arzawa	2
Assíria	5
Babilônia	6
Egito	8
Hatti	6
Mitani	6

Tabela 3: Grau de Centralidade dos reinos. Fonte: Produzido pela autora.

deste estudo, os governantes do Egito e de Mitani foram responsáveis por reestruturar as relações diplomáticas depois de um período turbulento no Oriente Próximo. Essa aliança foi forjada por conveniência. No norte sírio, Mitani, sob o governo de Parattarna I, expandia suas fronteiras ao mesmo tempo em que o Egito de Tothmés I buscava aumentar o seu poder imperial pelo Levante. Não tardou para que os dois reinos colidissem e se tornassem inimigos. Os mitânios haviam criado uma nova forma de estabelecer sua dominância, garantindo certa liberdade aos territórios conquistados em troca de lealdade. Esse método foi tão eficaz que outros reinos o adotaram. Ainda assim, com o Egito invadindo a Síria-Palestina, as disputas se acirravam cada vez mais. Para os egípcios, a destruição causada não era um problema, visto que a sua terra natal estava protegida pela distância geográfica. Por outro lado, Mitani via seus problemas crescerem e a perspectiva de um ataque ao seu reino eram preocupantes.

Ao que tudo indica, o rei mitânio Šauštatar II foi quem teve a iniciativa de buscar a paz, encerrando os conflitos com o faraó Amenhotep II. Essa oferta de paz foi representada no Egito como um reconhecimento de sua superioridade, recebendo tributos estrangeiros. Uma relação diplomática mais efetiva aconteceu com seus sucessores, Artatama e Tothmés IV, mencionados posteriormente na carta EA29 ao criarem laços de sangue por meio de um casamento.

A Babilônia e o Reino de Hatti, tendo notado o crescimento e o impacto egípcio, já haviam enviado presentes aos faraós ainda antes da aliança com Mitani se formalizar. Para a Babilônia, o envio de bens era uma forma de reforçar a tradição, que uma vez fora centralizada em seu território e agora via o deslocamento para o oeste. Para Hatti, mostrar-se amigável ao Egito era uma forma de união contra Mitani - um inimigo hitita de longa data que ameaçava suas fronteiras.

Quando o casamento entre Tothmés IV e uma princesa mitânia aconteceu, as relações do Egito com os hititas se tornaram mais obscuras: as cartas são suspensas (ou, ao menos, não foram encontradas), mas não temos evidências de um rompimento formal. Acontece que não existem correspondências entre esses dois grupos datadas dessa época, provavelmente porque Hatti enfrentava problemas maiores. A Anatólia vivia uma disputa de poderes nas regiões entre Arzawa, Hatti e Kaska. Em um primeiro momento, Arzawa parecia levar a melhor e, portanto, passou a se corresponder com os demais poderes hegemônicos. Isso fica atestado na carta EA31, quando o rei Tarḫundarasu negociou um casamento diplomático com o faraó Amenhotep III. No tablete, ele mencionava que Hatti estava paralisada, evidenciando o abalo dos hititas. Ainda assim, a alegria de Tarḫundarasu não durou muito e na carta seguinte (EA32) podemos ver que sua expansão estava sendo reprimida. Hatti logo retomaria seu prestígio sob o governo de Tudhaliya III e os avanços militares de seu filho Suppiluliuma (Collins 2008: 58-59).

Nesse contexto, ao que parece, o Egito e a Babilônia viam certa tranquilidade, mas os demais reinos eram instáveis. Mitani precisava constantemente reforçar sua soberania, enquanto Hatti buscava se expandir. As disputas fronteiriças de mitânios e hititas são mencionadas na documentação, como a carta EA17, na qual Tušratta comentava para Amenhotep III, que ele havia contido os hititas. É importante considerar, porém, que cartas são instrumentos de persuasão e a dinâmica da região norte da Síria precisava ser suavizada para se criar uma imagem de força. Isso significa que, apesar da diplomacia ter o objetivo comum de manter o *status quo*, era preciso que os reinos convencessem os demais de que eles eram, de fato, potências.

A delimitação de poderes acontece com Mitani conseguindo se manter frente aos embates hititas; com Hatti mantendo uma hegemonia na Anatólia (diminuindo o poder de Arzawa); e com a Babilônia e o Egito estáveis, geograficamente distantes das intrigas mais acirradas. Destarte, isso não significa uma paz total: a Babilônia precisou enfrentar disputas no norte da Mesopotâmia, quando a Assíria buscava se desvincular do poder mitânio e expandir suas fronteiras. A princípio, essa nova força assíria não agradou aos babilônicos, que encaminharam uma mensagem para Amenhotep III em retaliação¹². Nela Burnaburiaš II afirmava que a Assíria não deveria estar

¹²Carta EA9

enviando embaixadores ao Egito e que eles não deveriam ser recebidos na corte.

As dinâmicas de poder não acabaram por aí. Em uma aliança estabelecida entre assírios e hititas, Tušratta foi assassinado. Infelizmente, o conjunto de Amarna não cobre detalhes sobre o que acontecia – visto a natureza da documentação¹³. Os reis precisavam criar uma imagem de poder, estabilidade e grandeza, sem quebrar com as normas diplomáticas. Contudo, outras evidências¹⁴ nos mostram com mais detalhes as consequências da morte de Tušratta. O rei mitânio havia sido assassinado em um complô interno, liderado por seu próprio filho, Šattiwaza. Ele, por sua vez, buscou refúgio entre os hititas e foi apoiado por eles para retomar a capital. Suppiluliuma casou uma de suas filhas com Šattiwaza, fazendo-a ser elevada ao título de esposa principal. Nesse meio tempo, enquanto Šattiwaza estava exilado, Artatama II¹⁵ procurava manter a soberania mitânica, atacando os assírios. Aproveitando-se da confusão local, Hatti conseguiu manter um domínio na região mitânica até a sua dissolução completa, poucos anos mais tarde.

Com toda essa disputa de poder, fica claro que a paz não era uma realidade completa, apesar de ser o objetivo comum estabelecido com a sistematização da diplomacia na Era de Amarna. As cartas mais recentes do conjunto (EA9-16, EA29 e EA43) representam a dinâmica e confusão local com a ascensão da Assíria e o enfraquecimento de Mitani. A manutenção dos grandes poderes e do *status quo* parecia estar em risco. Contudo, no tópico anterior, comentei sobre como a centralidade dessas relações estava equilibrada, como podemos visualizar na imagem abaixo:

¹³Apesar de fragmentada, a EA43 enviada por Suppiluliuma ao faraó (provavelmente Akhenaton) fala da morte de um rei que imaginamos ser Tušratta.

¹⁴Documentos nºs 6A e 6B. (Beckman 1996, 37 – 50)

¹⁵Anos antes, Artatama já havia tentado usurpar o poder, mas na ocasião ele fora reprimido por Tušratta.

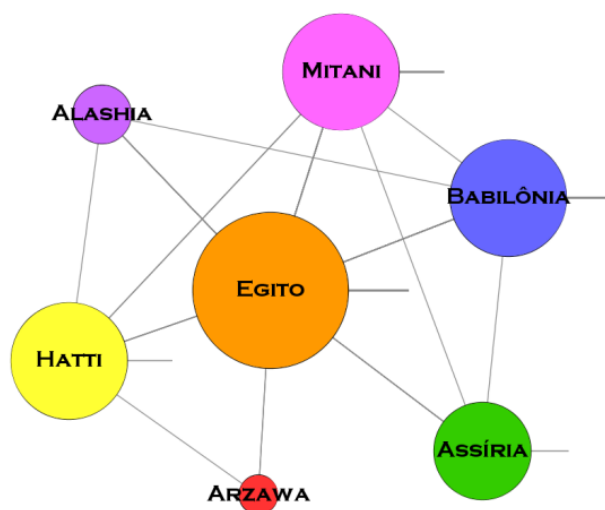


Figura 6: Gráfico de rede com destaque para o grau de centralidade Fonte: Scoville 2022: 122.

Neste gráfico de rede, o tamanho dos círculos representa o seu grau de centralidade (de acordo com o que aponte na tabela 3) de uma forma mais visual; isto é: quanto maior o círculo, maior o número de relações estabelecidas. As linhas que conectam os círculos, chamadas de arestas, nos mostram os contatos (quem estava conectado com quem) e as menções a si próprios (linhas que não se conectam em outros círculos). Fica claro, então, que as cinco potências hegemônicas (Assíria, Babilônia, Egito, Hatti e Mitani) estão relativamente equiparadas e se destacam em contraste com os dois reinos independentes (Arzawa e Alashiya). É um resultado interessante, considerando os números tão díspares de quantidade de cartas trocadas entre esses reinos e de indivíduos mencionados nelas - afinal, era de se esperar que o tamanho do da Alashiya fosse maior do que o da Assíria ou de Hatti, já que a primeira contava com 7 cartas e as duas últimas juntas totalizam 6 tabletas enviados (2 para a Assíria e 4 para Hatti).

4 Reflexões sobre o contraste nas relações institucional e pessoal com o estrangeiro

Devemos considerar que cartas são um instrumento de persuasão e não refletem com exatidão tudo que acontecia naquelas sociedades. A proposta

de uma correspondência oficial é o convencimento; é mostrar que está bem, que é forte e poderoso. Uma finalidade parecida tem a arte, que usava das imagens para expressar soberania ao visitante e para usar de elementos mágicos a fim de reforçá-la com o auxílio do divino. São técnicas e narrativas diferentes, mas os fins são parecidos: destacar sua posição no mundo próximo-oriental.

Por séculos, a diplomacia havia sido usada como um instrumento de força, para defesa ou expansão territorial. Isso significa que o prestígio de algum reino era medido unicamente pelo seu tamanho e zona de influência. Na época de Amarna, a necessidade de demonstrar poder ainda existia, mas a forma de o entender mudou. O prestígio não tinha uma relação direta apenas com a área hegemônica, mas com o reconhecimento alheio. Para ser incluso entre os Grandes Reinos e ser tratado como irmão, era preciso que os demais reinos o entendessem como tal. Para tanto, a sistematização da diplomacia criou uma relação entre os agentes e pôde buscar trazer equilíbrio para um mundo desigual. De certo modo, essa intenção foi alcançada, como ficou perceptível nos graus de centralidade dos reinos envolvidos.

Ainda assim, a disparidade de interpretações no âmbito pessoal e estatal acontecia. Isso porque ter equilíbrio não significava a existência de igualdade e, portanto, o Sistema de Amarna pôde manter-se estável com relativa paz, mesmo diante de mentalidades que se entendiam como superiores. As regras da diplomacia eram respeitadas, mas permitiam diferentes interpretações. Não havia uma definição específica ou única para alguns dos conceitos fundamentais desse sistema, como a reciprocidade, que poderia ser interpretada a partir da ideia de igualdade, equidade, compensação ou justiça (Druckman y Güner 2002: 178). A forma ambígua de se tratar as ideias permitia com que os reis testassem os limites dos outros, se ajustando e adaptando por meio de recursos retóricos, com argumentos e estratégias persuasivas sutis.

Além disso, o próprio Sistema estimulava conflitos. É claro, se o objetivo era manter a paz, tais conflitos não poderiam escalar para uma guerra, mas deveriam ser recorrentes o suficiente para que se estimulasse a comunicação. Por conta disso, apesar de ser referirem uns aos outros como irmãos, os reis mostravam seu descontentamento com dadas situações – e, como em toda família, irmãos têm desavenças. Ao tentar arranjar soluções para as brigas, mais mensagens eram trocadas e, junto com elas, mais presentes viajavam. A prática era benéfica para a economia, favorecendo a interdependência dos reis e, conseqüentemente, contribuindo para a paz.

Não é comum que um terceiro Grande Reino seja mencionado em alguma correspondência, mas quando acontece, na maioria dos casos, ele é tratado de uma forma negativa. A menção era mais um entre os aparatos retóricos utilizados para se criar uma hierarquia não-oficial dentro do sistema igualitário. Mesmo nos casos em que se referenciam de modo igualitário, isso acontece na forma de argumento para aumentar o próprio poder, como expresso na carta EA16 (linhas 22-31), da Assíria: “Quando o rei de Ḫanigalbat¹⁶ enviou para o seu pai, para a terra do Egito, eles o enviaram vinte talentos de ouro. [Eu] sou [igu]al ao rei de Ḫanigalbat, mas você enviou [para mim x minas de ou]ro. Isso não é suficiente para a ida e retorno das carroças de meus emissários” (Scoville 2022: 207).

No início desse estudo, demonstrei como o Egito pôde usar a arte mágica para jogar com essa ideia de superioridade, mas é notável que ele não foi o único a fazê-lo. O que podemos dizer é que, talvez, ele tenha sido o mais eficaz. Ao que parece, o Egito estava posicionado confortavelmente no centro das relações diplomáticas amarnianas. A razão para isso pode ser uma mistura de coisas: a geografia, que deixava suas terras distantes dos confrontos, e o acesso ao ouro, frequentemente requisitado pelos seus irmãos; parecem se destacar nesse quesito. A arquitetura monumental, os objetos ornamentais e a arte egípcia esbanjavam riqueza. O mensageiro que chegava no Vale do Nilo ficaria deslumbrado com a prosperidade apresentada ali e, por isso, em diversas ocasiões diz-se que no Egito “ouro é abundante como pó” (EA19).

O que nos resta questionar, então, é até que ponto esse contraste entre o que é dito nas cartas e o modo como cada rei se entendia conseguia coexistir. Acredito que o fator mais importante que levou ao funcionamento da Diplomacia de Amarna é a sua sistematização. A preocupação em estabelecer práticas coletivas e duradouras (com juramentos eternos, não mais vitalícios) fez com que prestígio fosse medido por *status* (que precisava ser reconhecido pelos demais), ao invés de território. Além disso, essa mudança proporcionou autonomia à comunicação interestatal. Em outras palavras, a Instituição Diplomática era independente dos Reinos que agiam nela. Apesar das táticas argumentativas e das tentativas de mostrar alguma forma de soberania, o Sistema era respeitado, mesmo quando os agentes envolvidos fossem substituídos e a dinâmica de poder mudasse. A queda de Mitani e a ascensão da Assíria, por exemplo, não abalaram o equilíbrio do Sistema Diplomático, justamente porque ambos eventos conseguiram se

¹⁶i.e. Mitani.

legitimar dentro do objetivo comum: a paz pelo *status quo*. Na medida que Mitani perdeu seu prestígio, a Assíria assumiu sua posição e a diplomacia foi mantida. O jogo de poder se utilizava da imagem, do imaginário e da narrativa para criar uma ilusão de superioridade que não fosse contraditória às regras do sistema igualitário.

Bibliografia

ABO-ELEAZ, Mohy-Eldin E. (2019) “Face-to-face: meetings between the kings of Egypt, Hatti and their vassals in the Levant during the Late Bronze Age”, *Studien zur Altägyptischen Kultur* 48: 1-21.

ANTHONY, Flora B. (2017) *Foreigners in Ancient Egypt. Theban Tomb Paintings from the Early Eighteenth Dynasty*. Londres: Bloomsbury.

BAHRANI, Zainab (2003) *The Graven Image. Representation in Babylonia and Assyria*. Filadelfia: University of Pennsylvania Press.

BECKMAN, Gary (1996) *Hittite Diplomatic Texts*. Atlanta: Scholars Press.

BRYCE, Trevor (2014) *Ancient Syria. A Three Thousand Year History*. Nueva York: Oxford University Press.

CAMARA, Giselle M. (2011) *MAAT: o princípio ordenador do cosmo egípcio. Uma reflexão sobre os princípios encerrados pela deusa no Reino Antigo (2686-2181 a.C.) e no Reino Médio (2055-1650 a.C.)*. Niterói: Disertación (Maestría) – Universidad Federal Fluminense. Instituto de Ciencias Humanas y Filosofía. Departamento de Historia.

CHARPIN, Dominique (2019) ‘*Tu es de mon sang’*. *Les alliances dans le Proche-Orient ancien*. Paris: Les Belles Lettres. Disponível em: <http://books.openedition.org/lesbelleslettres/258>

COHEN, Raymond y WESTBROOK, Raymond (eds.) (2000) *Amarna Diplomacy. The Beginnings of International Relations*. Baltimore: The Johns Hopkins University Press.

COLLINS, Paul (2008) *From Egypt to Babylon: The International Age 1550 – 500 BC*. Cambridge: Harvard University Press.

DRUCKMAN, Daniel y GÜNER, Serdar (2002) “A Socio-physiological analysis of Amarna Diplomacy”, en: Cohen, R. y Westbrook, R. (eds.) *Amarna Diplomacy. The beginnings of international relations*. Baltimore: The Johns Hopkins University Press, pp. 174 – 190.

JENKINS, Richard (1998) *Rethinking Ethnicity. Arguments and Explorations*. Londres: SAGE Publications Ltd.

LÉVI-STRAUSS, Claude (2000) *Raça e História*. Lisboa: Editorial Presença.

LÉVI-STRAUSS, Claude (1982) *As estruturas elementares do parentesco*. Petrópolis: Vozes.

LIVERANI, Mario (2003) *Relaciones Internacionales en el Próximo Oriente Antiguo, 1600-1100 a.C*. Barcelona: Bellaterra.

MYNÁŘOVÁ, Jana (2007) *Language of Amarna – Language of Diplomacy. Perspectives on the Amarna Letters*. Praga: Czech Institute of Egyptology.

OTTE, Evelien y ROUSSEAU, Ronald (2002) “Social network analysis: a powerful strategy, also for the information sciences”, *Journal of Information Science* 28(6): 441–453. DOI:<https://doi.org/10.1177/016555150202800601>

PODANY, Amanda H. (2010) *Brotherhood of Kings. How International relations shaped the Ancient Near East*. Oxford: Oxford University Press.

SCOVILLE, Priscila (2022) *As Cartas Vão Dizer: As Relações Interterritoriais Na Era De Amarna*. Porto Alegre: Tese (Doutorado) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História.